



**FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**  
**TOMADA PÚBLICA DE CONTRIBUIÇÕES Nº 3/2018\_\_\_\_ - DE 21/09/2018 a 20/10/2018**  
**NOME: União da Indústria de Cana-de-açúcar – UNICA**

---

( ) agente econômico  
( ) consumidor ou usuário

☒ representante órgão de classe ou associação  
( ) representante de instituição governamental  
( ) representante de órgãos de defesa do consumidor

**Tomada Pública de Contribuições sobre a verticalização da cadeia de distribuição de combustíveis.**

ASSUNTO	PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
Tomada Pública de Contribuições (TPC) sobre a verticalização da cadeia de distribuição de combustíveis para avaliar, no mínimo, os seguintes pontos: - vedação da verticalização direta e indireta; - vedação da comercialização direta de produtores e importadores para revendedores; - vedação de que os Transportadores-Revendedores-Retalhistas (TRRs) comercializem outros combustíveis, além de óleo diesel; - manutenção da obrigatoriedade de que os TRRs comprem diretamente de distribuidores; - manutenção das limitações de comercialização para distribuidores e TRRs no que se refere aos pontos de abastecimento nos termos da Resolução ANP nº 34, de 1º de novembro de 2007.	<p>A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) - entidade com 120 companhias associadas, responsáveis por mais de 50% da produção brasileira de etanol, açúcar e bioeletricidade – vem, respeitosamente, manifestar o seu posicionamento acerca da Tomada Pública de Contribuições (TPC) ANP nº 03/2018, que visa coletar dados, informações e evidências que contribuam para a análise da verticalização da cadeia de distribuição de combustíveis.</p> <p>A referida TPC incorpora diversos temas relacionados à verticalização no setor de distribuição, dentre os quais estão: i) vedação da verticalização direta e indireta; ii) vedação da comercialização direta de produtores e importadores para revendedores; iii) vedação de que os TRRs comercializem outros combustíveis, além do óleo diesel; iv) manutenção da obrigatoriedade de que os TRRs comprem diretamente de distribuidores; e, v) manutenção das limitações de comercialização para distribuidores e TRRs no que se refere aos pontos de abastecimento nos termos da Resolução ANP nº 34, de 1º de novembro de 2007.</p> <p>Especificamente em relação ao item “ii”, que remete à vedação da comercialização direta de produtores e importadores para revendedores, a UNICA é contrária a liberação da comercialização de combustíveis leves, especificamente etanol hidratado e gasolina C, diretamente dos produtores e importadores para os postos revendedores.</p>	

	<p>Em relação à venda direta de etanol hidratado, a UNICA já apresentou os argumentos contrários à medida por ocasião da Tomada Pública de Contribuições nº 02/2018, que tratou especificamente desse tema. Dessa forma, anexamos a este documento a carta enviada pela UNICA à ANP com as considerações acerca do posicionamento da Entidade.</p> <p>Isso posto, a UNICA também entende que a liberação da venda direta de gasolina C das refinarias, centrais petroquímicas e importadores aos revendedores exigiria alterações substanciais no aparato institucional vigente, com potencial impacto aos produtores de biocombustíveis.</p> <p>Dentre os elementos que precisam ser melhor avaliados, podemos citar a necessidade de ajustes na estrutura tributária relacionada à comercialização da gasolina e do etanol anidro. Atualmente, os tributos estaduais cobrados sobre a gasolina C são recolhidos pelos produtores e importadores no momento da venda do derivado. Caso a opção pela venda direta seja factível, esses agentes poderão comercializar dois tipos distintos de gasolina (gasolina pura – ou A-, e gasolina misturada com etanol anidro - ou C) que demandarão alíquotas e sistemática de arrecadação distintas. Os impactos e riscos associados à essa alteração não foram objeto de nenhum estudo e demandam uma profunda reflexão envolvendo os agentes privados e públicos, especialmente as secretarias estaduais de fazenda.</p> <p>Cabe ressaltar também que uma eventual permissão a atividade promovida pelo Transportador-Revendedor-Retalhista (TRR) para comercializar combustível fóssil e renovável (gasolina, etanol e óleo diesel) transacionando com os agentes produtores, distribuidores e revendedores, como disposto para discussão nos itens “iii”, “iv” e “v”, irá trazer riscos a organização do mercado sem a devida mensuração dos impactos na estrutura tributária atual, nem como os possíveis desdobramentos sobre o programa RenovaBio.</p> <p>Este último ponto referente à Política Nacional de Biocombustíveis ou RenovaBio é muito importante e merece toda atenção. Isso porque, o mecanismo estabelecido pelo Programa prevê as distribuidoras de combustíveis como parte obrigada do mandato de redução de intensidade de carbono da matriz brasileira. A sistemática proposta estabelece a esses agentes a obrigação de adquirir Créditos de Descarbonização (CBio) para o atendimento da meta de descarbonização definida pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).</p>	
--	---	--

	<p>Uma eventual alteração nas regras atuais de comercialização de derivados, permitindo que produtores, importadores de combustíveis fósseis e TRRs possam entregar o produto diretamente aos postos revendedores, criaria uma distorção no ambiente concorrencial nesse mercado e, em última instância, exigiria alteração na Lei no. 13.576, de 26 de dezembro de 2017, de forma a incorporar os produtores, importadores e TRRs como partes obrigadas do RenovaBio.</p> <p>Trata-se de um movimento que poderia atrasar substancialmente a regulação do Programa ora em curso ou mesmo inviabilizá-lo, com efeitos negativos para todos os produtores de biocombustíveis, para o controle das emissões de gases de efeito estufa no setor de transportes e para a consecução da diretriz estabelecida pelo congresso nacional e ratificada pelo poder executivo há menos de um ano.</p> <p>Esses são apenas três elementos que retratam a condição que pode ser criada diante de uma alteração nas regras vigentes há décadas. Em síntese, entendemos que uma eventual proposta de alteração da estruturação de comercialização permitindo a venda direta de biocombustíveis e derivados fósseis dos produtores, importadores e TRRs para os revendedores exigiria uma mudança estrutural no arcabouço institucional vigente, com riscos de desorganização do mercado, comprometimento da qualidade dos produtos, e sem nenhum ganho aparente aos consumidores ou à segurança de abastecimento interno.</p> <p>Por fim, reforçamos o nosso apreço pelas iniciativas de discussão propostas pela Agência, buscando ações para ampliar a transparência e reduzir eventuais ineficiências no mercado brasileiro de combustíveis.</p> <p>Certo de que teremos a melhor acolhida na nossa manifestação, renovamos os nossos votos de estima e consideração.</p> <p>Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.</p> <p>Atenciosamente, inscrevemo-nos.</p>	
--	--	--

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: [tpc\\_verticalizacao@anp.gov.br](mailto:tpc_verticalizacao@anp.gov.br).